

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA

Brasília, DF, 05 de novembro de 2010.

CONTRIBUIÇÃO TÉCNICA N.º 003/2010

(revisada em 08 de novembro de 2010)

1

Assunto: Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA, elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA.

A Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH foi instada a apreciar, com vistas à sua aprovação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, o **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA**, elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA, versão eletrônica de setembro de 2010.

Dessarte, na qualidade de membro da CTPNRH, **apresento os motivos pelos quais entendo que tal plano não pode ser aprovado**, em face de seus fundamentos e objetivos, **e ofereço contribuições ao seu aperfeiçoamento**, em rápidos bosquejos, buscando o seu recepcionamento no Plano Nacional de Recursos Hídricos, na revisão que se avizinha, como mero subsídio a planos de bacia da Região Hidrográfica Amazônica.

De toda sorte, tendo em vistas repercussões transfronteiriças, recomendo a oitiva da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT do CNRH.

1. Motivos por que o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA não pode ser aprovado.

Duas impropriedades há, em tal estudo: 1.1) não se refere à margem direita do rio Amazonas como um todo, uma vez que não considera a Ilha de Marajó, nem a interbacia Tocantins - Xingu; e 1.2) não poder ser um plano de recursos hídricos, pois não corresponde a uma bacia hidrográfica.

1.1. Não se refere à margem direita do rio Amazonas, mas a parte dela.

Diz, a Resolução CNRH n.º 32, de 15 de outubro de 2003, que instituiu a divisão hidrográfica nacional, publicada no DOU¹ de 17 de dezembro de 2003:

♦ No parágrafo único de seu artigo 1º:

“Parágrafo único. Considera-se como região hidrográfica o espaço territorial brasileiro compreendido por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares, com vistas a orientar o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos.”

¹ DOU = Diário Oficial da União

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA

2

◆ No seu anexo II

“.....
REGIÃO HIDROGRÁFICA AMAZÔNICA - É constituída pela bacia hidrográfica do rio Amazonas situada no território nacional e, também, pelas bacias hidrográficas dos rios existentes na Ilha de Marajó, além das bacias hidrográficas dos rios situados no Estado do Amapá que deságuam no Atlântico Norte.

REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TOCANTINS/ARAGUAIA - É constituída pela bacia hidrográfica do rio Tocantins até a sua foz no Oceano Atlântico.

.....”

Na Ilha do Marajó, situada no Estado do Pará, três tipos de escoamento hídricos de superfície há: a) contribuições para a Bacia do Rio Amazonas; b) contribuições para a Bacia do Rio Tocantins; e c) contribuições para o Oceano Atlântico.

Ao decidir que todas as contribuições hídricas da Ilha do Marajó seriam consideradas como pertinentes à Região Hidrográfica Amazônica, considerando que a foz do rio Tocantins se situa no Oceano Atlântico e não na sua confluência com rio Pará, como outrora se concebia, o CNRH assim deveria ter definido a REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TOCANTINS/ARAGUAIA:

“É constituída pela bacia hidrográfica do rio Tocantins até a sua foz no Oceano Atlântico, excetuando-se sua interseção com a Ilha do Marajó.”

Entrementes, mesmo a pequena falha acima apontada não permite o esquecimento da interbacia Tocantins – Xingu, nem da Ilha de Marajó, pois a foz do rio Amazonas também se situa no Oceano Atlântico e não a oeste da Ilha do Marajó.

Aliás, o próprio trabalho em perscrutação, no segundo parágrafo de sua introdução, reconhece que a foz do rio Amazonas situa-se no Oceano Atlântico.

1.2. Por que os planos de recursos hídricos têm que ser por bacia hidrográfica.

Antes da Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências, **a bacia hidrográfica já era usada como unidade básica de planejamento**, nos termos do artigo 20 da Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, que assim estabelece:

“Art. 20. As bacias hidrográficas constituem-se em unidades básicas de planejamento do uso, da conservação e da recuperação dos recursos naturais.”

Por sua vez, assim estabelece a Lei n.º 9.433/1997, sem revogar o disposto na Lei n.º 8.171/1991:

“.....
Art. 8º Os Planos de Recursos Hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País.

Art. 37. Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:

I - a totalidade de uma bacia hidrográfica;

II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou

III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

Parágrafo único. A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União será efetivada por ato do Presidente da República.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA

3

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;

.....”
(as iluminações e os grifos são meus)

A Lei n.º 9.433/1997, no seu artigo 8º, estatui que os planos de recursos hídricos serão elaborados essencialmente por bacia hidrográfica, **e o território proposto pela ANA no estudo em tela em nada se coaduna com bacia hidrográfica.**

É fato que podemos ter comitês de bacia hidrográfica para grupos de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas (inciso III do **caput** do artigo 37 da Lei n.º 9.433/1997), como também é fato que a aprovação de plano de bacia hidrográfica compete ao respectivo comitê (inciso III do **caput** do artigo 38 da Lei n.º 9.433/1997). Entrementes, o que não se pode fazer é estabelecer-se uma correlação biunívoca entre planos de bacias hidrográficas e seus respectivos comitês, quando há aglutinação de grupos de bacia ou de grupos de sub-bacias hidrográficas na formação de comitê.

Em suma, podem-se aglutinar bacias e sub-bacias hidrográficas para se formar um comitê, mas esse comitê aprovará tantos planos de recursos hídricos quantas forem as bacias hidrográficas que o compõem.

E quatro observações adicionais há:

- ◆ As bacias hidrográficas só podem ser divididas até a terceira ordem;
- ◆ Nas aglutinações de bacias hidrográficas para se formar um comitê de bacia hidrográfica têm que se respeitar a dominialidade das águas;
- ◆ As aglutinações acima citadas só podem se dar com respeito às ordens das bacias: aglutinações de 3ª ordem, aglutinações de 2ª ordem e até aglutinações de 1ª ordem, sem mistura de ordens;
- ◆ O emprego de bacia hidrográfica no singular, no inciso III do **caput** do artigo 38 da Lei n.º 9.433/1997, mostra que o espírito legal está em consonância com a tese por mim defendida.

2. Contribuições ao aperfeiçoamento do plano em questão, buscando o seu recepção no Plano Nacional de Recursos Hídricos, na revisão que se avizinha, como mero subsídio a planos de bacia da Região Hidrográfica Amazônica.

O trabalho apresentado pela ANA é extenso, não só pelos temas abordados, mas também pelo tamanho do território abrangido, e por isso mesmo pode, até com mais facilidade, ser aperfeiçoado. Aliás, toda obra humana é passível de aperfeiçoamentos...

Muitas informações são nele apresentadas de maneira globalizada, sem se reportarem especificamente ao seu território objeto. Ora são apresentadas informações nacionais, ora informações da Amazônia Legal, e assim por diante.

O trabalho em tela deveria ter dissecado os dados nacionais e regionais e os reagrupados, escoimando as informações não pertinentes à área objeto de estudo.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

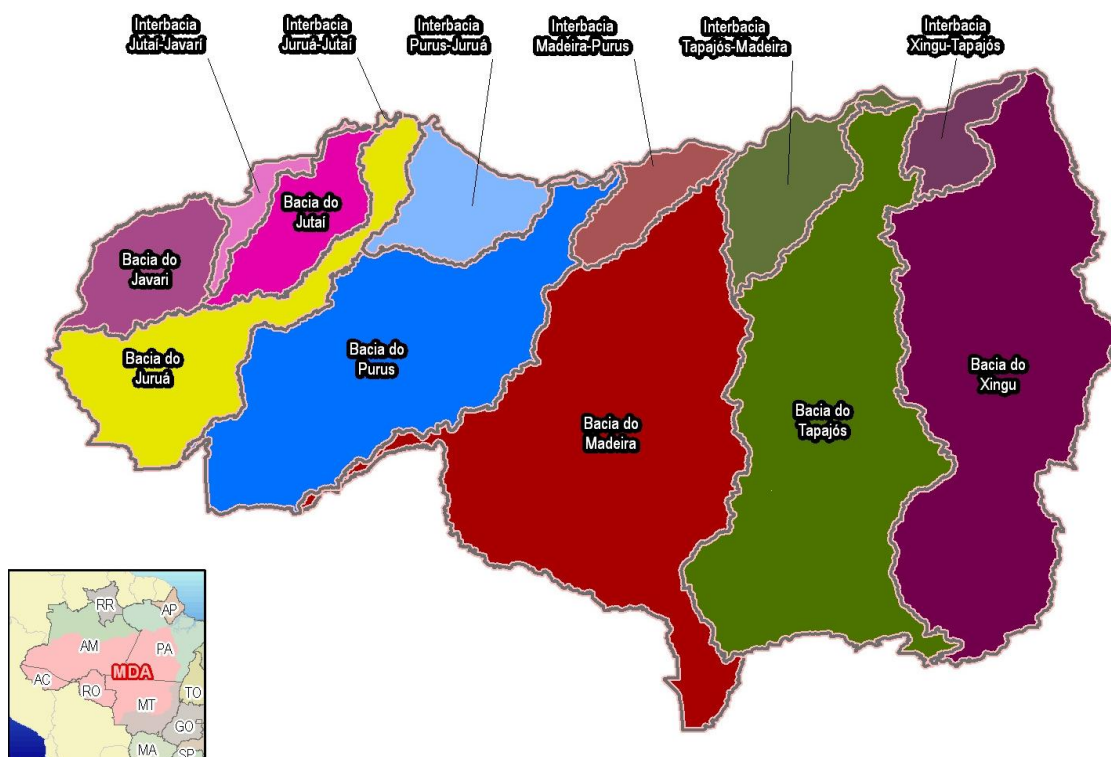
referências:

Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA

2.1. Volume I – Diagnóstico

2.1.1. INTRODUÇÃO – Capítulo 01

Por intermédio do mapa abaixo a Agência Nacional de Águas - ANA mostra as macrobacias hidrográficas de parte da margem direita brasileira do rio Amazonas.



No entanto, mesmo que o propósito fosse aglutinação de bacias para se formar um só comitê, não para o estabelecimento de um só plano de bacia hidrográfica, a aglutinação apresentada não poderia se dar, pois:

- A bacia do rio Jutai é uma bacia estadual, quando as outras são federais, em que pese todas serem de bacias hidrográficas de 2ª ordem (tributários do rio Amazonas);
- Na Interbacia Purus-Juruá há, dentre outras menores, as bacias hidrográficas do rio Coari Grande e do rio Tefé, estaduais e de 2ª ordem, que deveriam ter sido destacadas da hipotética aglutinação;
- Na Interbacia Madeira-Purus também há rios estaduais de 2ª ordem;
- Na Interbacia Xingu-Tapajós há rios estaduais de 2ª ordem, como o rio Curuá-Una.

Ademais, aglutinando-se todas as bacias federais de 2ª ordem, por um lado, para formarem um só comitê, e aglutinando-se, por outro lado, as bacias estaduais contíguas, por estado, as interbacias que surgirem seriam de 1ª ordem.

2.1.2. Síntese da Evolução Histórica da MDA – Capítulo 05

Sugiro que sejam feitas as seguintes inserções:

2.1.2.1. Referente ao caso das Ilhas Molucas e ao Tratado de Saragoça, firmado entre Portugal e Espanha em abril de 1529.

Mediante uma paga da Coroa Portuguesa à Coroa Espanhola, foi estabelecido um meridiano no hemisfério oriental, definindo os domínios portugueses e espanhóis, sem se preocupar com o antimeridiano correspondente.

Entrementes, tal tratado teve repercussões na definição da posse dos territórios amazônicos pelos lusitanos, como se pode observar em MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **Quando o Amazonas corria para o Pacífico: uma história desconhecida da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

2.1.2.2. Alusivo ao acordo de navegação com o Peru.

Sendo a navegação um dos usos de recursos hídricos, qualquer trabalho sobre esses recursos não pode desconsiderar a navegação, daí a necessidade de se citar e discorrer sobre esse acordo.

2.1.2.3. Lagos idealizados pelo Instituto Hudson, de Nova Iorque, EEUU.

Como história, há de ser contada a intenção de se construir barragens no rio Amazonas, ocorrida na década de sessenta do século passado, conforme projeto elaborado por Hermann Kahn, do Instituto Hudson, de Nova Iorque, EEUU.

2.1.3. Descrição Física das Bacias Afluentes da MDA – Capítulo 06.

Legalmente, a unidade básica de planejamento de recursos hídricos é a bacia hidrográfica, de maneira que a definição de UPH – Unidades de Planejamento Hídrico têm seguir aquela orientação normativa, ou seja, as eventuais UPHs devem coincidir com as bacias hidrográficas.

Toda a subdivisão das bacias de 2ª ordem tem que se dar segundo bacias hidrográficas de 3ª ordem.

Aliás, o verdadeiro planejamento de recursos hídricos deve se dar nas bacias hidrográficas de 3ª ordem, uma vez que as bacias de 2ª ordem se constituirão em um conjunto complementar ao conjunto daquelas bacias. A bacia de 2ª ordem coincidirá quase que com a calha principal. Tal entendimento também deve ser feito para as bacias hidrográficas de 1ª ordem, que será um conjunto complementar ao conjunto das bacias hidrográficas de 2ª ordem.

2.1.3.1. Item 6.2.1. - Bacia do Rio Xingu (Mapa MDA-XNG-01, Volume III)

Diz, o trabalho em questão, no item evidenciado:

“.....
Um aspecto importante dos trechos alto e médio da bacia do rio Xingu é a presença de unidades de conservação e principalmente terras indígenas que conferem à região um bom grau de preservação (FIGURA 6.6).
.....”

O texto acima transcrito dá a entender que as terras indígenas equivalem às unidades de conservação, e isso é um erro, pois os indígenas são homens e, como tais, modificam o meio ambiente.

Essa falsa mensagem não é verificada só no item enfocado, mas perpassa todo o documento em crítica.

Para reforçar as minhas colocações, cito:

- ◆ BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**, 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, na página n.º 56:

“...Mito designa, portanto, clichês ou crenças coletivos acerca de temas relevantes (pessoas, situações, acontecimentos) que circulam na cultura. Assim se falam do “mito do bom selvagem”, do “mito do sexo frágil” ou do “mito do negro preguiçoso”.

Com essas expressões se quer transmitir a crença de que o indígena é um selvagem sempre bom como um ser natural e não contaminado pela cultura; essa compreensão representa um clichê reducionista, porque o indígena tem cultura, intervém, a seu modo, na natureza e como outros seres sociais tem sua dimensão sim-bólica e dia-bólica.

- ♦ MIRANDA, Evaristo Eduardo de. ***Quando o Amazonas corria para o Pacífico: uma história desconhecida da Amazônia***. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, nas páginas:

N.º 83: “...Idealistas imaginam uma utopia de equilíbrio homem-natureza, frequentemente assimilado às sociedades indígenas. Isso não tem o menos fundamento. As sociedades animais e humanas transformam o meio ambiente. Sempre. Existem apenas equilíbrios dinâmicos. Sociedade primitivas inteiras também desapareceram nas Américas pelo desequilíbrio ambiental que ocasionaram, como os povos da Ilha de Páscoa...”

N.º 98, em nota de rodapé: “A palavra caiapó significa que traz o fogo na mão e designa uma tribo de índios incendiários da Amazônia.”

N.º 101: “...Ainda hoje, a manutenção da cultura indígena e de suas tradições em arte plumária, importante para seus rituais e para manutenção econômica de aldeias, exige a caça de aves em diversos ecossistemas...”

2.1.3.1.1. UPH Iriri.

Diz o texto em perscrutação:

“...A navegação nesse corpo d’água é possível em pequenas embarcações (voadeiras), mas a presença de trechos de corredeiras dificulta a navegabilidade na época do verão amazônico, obrigando a desarretos...”

O texto acima transcrito deve ser mudado, pois:

- ♦ Sendo o rio Iriri navegável por pequenas embarcações, a expressão **voadeiras** subliminarmente transmite uma falsa idéia de navegação de recreio, quando na realidade há navegação de subsistência. Peço a supressão da palavra voadeiras.
- ♦ A presença de corredeiras dificulta a navegação, não a navegabilidade, uma vez que esta denota qualidade do caudal;
- ♦ Há **descarretos** e não **desarretos**...

2.1.3.1.2. UPH Baixo Xingu.

Diz o texto em análise:

“...Nessa região, o Xingu adquire direção NNW-SSE e recebe afluentes menos expressivos entre os quais se destacam os rios Bacajá, Iriri e Acarai...”

Há que ser esclarecido se há outro rio Iriri ou trata-se de equívoco.

Também há de ser informado que o baixo Xingu é francamente navegável, da sua foz até a cidade paraense de Vitória do Xingu.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA

2.1.3.2. Item 6.2.3 - Bacia do Rio Tapajós (Mapa MDA-TPJ-01, Volume III)

Diz o texto em tela:

“...O rio Tapajós é formado pela confluência do rio Teles Pires com o rio Juruena (FIGURA 6.10), em Barra de São Manuel na fronteira entre Pará e Mato Grosso, e percorre uma extensão de aproximadamente 800 km até desaguar no Amazonas...”

A ANA tem que respeitar suas próprias resoluções. A Resolução ANA n.º 399, de 2004, estabelece, ao alterar os critérios técnicos para identificação dos cursos d'água do anexo da Portaria n.º 707, de 1994, do DNAEE:

“5. CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA

5.1. Cada curso d'água, desde a sua foz até a sua nascente, será considerado como unidade indivisível, para fins de classificação quanto ao domínio.

5.2. Os sistemas hidrográficos serão estudados, examinando-se as suas correntes de água sempre de jusante para montante e iniciando-se pela identificação do seu curso principal.

5.3. Em cada confluência será considerado curso d'água principal aquele cuja bacia hidrográfica tiver a maior área de drenagem.

5.4. A determinação das áreas de drenagem será feita com base na Cartografia Sistemática Terrestre Básica.

5.5. Os braços de rios, paranás, igarapés e alagados não serão classificados em separado, uma vez que são considerados parte integrante do curso d'água principal.”
(os grifos iluminados são meus)

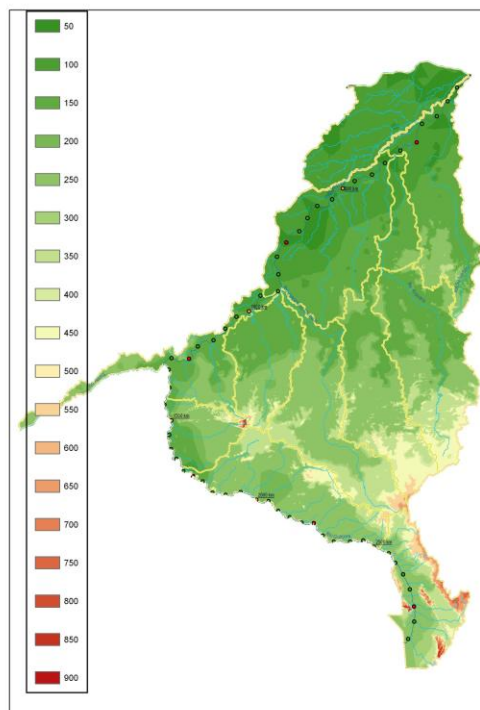
Ora, se há confluência, um é afluente e outro o rio principal. Um é o rio Tapajós e o outro, o de maior área de drenagem, o afluente.

2.1.3.3. Item - 6.2.5 Bacia do Rio Madeira (Mapa MDA-MDR-02, Volume III)

A figura ao lado, referida como 6.18. Bacia do rio Madeira – mapa hipsométrico (altitude em metros), no texto em crítica, **não corresponde à Bacia Hidrográfica do Rio Madeira, mas à interseção desta com o território brasileiro.**

Se essa fosse a bacia do Madeira, não haveria por que se falar que tal bacia também ocupa territórios bolivianos e peruanos.

Há necessidade de se ajustar a informação veiculada pela figura.



2.1.3.3.1. UPH Alto Guaporé (curso do rio Guaporé da sua nascente até o km 2.500 do rio Madeira)

Há que ser esclarecido o significado do PK (ponto quilométrico) 2500 do rio Madeira: a) Houve aplicação da Resolução ANA n.º 399, de 2004?; b) Onde fica esse PK, em que rio?

2.1.3.4. Item - 6.2.7 Bacia do Rio Purus (Mapa MDA-PRS-01, Volume III)

Assim como aconteceu com o rio Madeira, o mapa da Figura n.º 6.32 não se refere à Bacia Hidrográfica do rio Purus, mas à parte brasileira dessa bacia.

2.1.4. Economia Regional – capítulo 11

2.1.4.1. Antecedentes e Contextos Nacional, Estadual e Regional

Assim veicula o texto em questão:

“.....
Sofrendo outra crise econômica devido ao segundo choque do petróleo e a escalada dos juros internacionais no final da década de 1970, o governo brasileiro se torna ainda mais seletivo em relação ao fomento de projetos na região, procurando alocar os investimentos para grandes iniciativas, abraçando o projeto “Grande Carajás” como sua maior prioridade. Para isso se dá prosseguimento aos seguintes projetos:

- Projeto Ferro-Carajás: o principal componente do “Grande Carajás”, sendo que o ferro da mina de Carajás passa a ser explorado pela estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD); o ferro amazônico por estar mais próximo dos maiores mercados e ser mais barato se destaca;
- É construído o porto de Itaqui (e São Luís – MA), uma ferrovia de 890 km para o escoamento do ferro até Itaqui, a segunda maior hidrelétrica do país (Tucuruí); outros projetos de infra-estrutura viária também são desenvolvidos para viabilizar a exploração da bauxita no rio Trombetas e em Barcarena (PA);

”

Há que ser esclarecido que as eclusas de Tucuruí, além de se constituírem em mitigação à interrupção do tráfego fluvial, foram projetadas para escoar produtos da província minerária de Carajás. Tais eclusas já estavam em construção quando o Governo Federal decidiu pelo escoamento do minério de ferro de Carajás por ferrovia.

2.1.5. Qualidade da Água – capítulo 14

2.1.5.1. Transporte hidroviário.

“.....

Outro aspecto relativo ao transporte de carga refere-se às águas de lastro. A água e o sedimento dos tanques de lastro de navios contêm grande quantidade de organismos de grupos taxonômicos distintos (vírus, bactérias, protistas, larvas/ovos de invertebrados e peixes), que podem sobreviver durante viagens transoceânicas que a tecnologia vem tornando cada vez mais curtas (Carlton, 1985).

A introdução de uma espécie em um novo habitat pode constituir risco ambiental e econômico. Livres de predadores, parasitas e competidores naturais, esses organismos podem atingir altas densidades, quando passam a serem considerados invasores

”

O texto acima parcialmente reproduzido deve esclarecer que a navegação fluvial é confinada, ou seja, limita-se a uma bacia hidrográfica de 1ª ordem, a não ser em casos de transposição hidroviária de bacias hidrográficas, que não ocorrem neste País.

Também há de se esclarecer que:

- a maioria das embarcações fluviais não trabalha com lastro. Por via de regra, só têm lastro os empurradores de comboios, para compensar a diminuição do peso pelo consumo de combustível na viagem;
- os empurradores que eventualmente possam zarpar de um porto marítimo contaminado na Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, partindo com carga máxima de combustível, só tomarão lastro no percurso, fora da hipotética zona contaminada.

2.1.6. DEMANDAS E USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS – capítulo 15

“...Não consuntivo, quando não há retirada de água ou quando houver a água captada retorna sem perdas ao corpo d’água...”

O texto acima transcrito deve ser melhorado, como se segue:

Não consuntivo, quando não há retirada de água ou quando a água captada retorna ao corpo hídrico sem perdas em qualidade e em quantidade.

2.1.6.1. Item 15.1. Abastecimento Urbano de Água – Uso Humano

“As fontes de água (mananciais) utilizadas para o abastecimento de água podem ter duas origens: as águas superficiais (rios, lagos e açudes) e as águas subterrâneas (poços rasos e profundos).”

.....
*A água proveniente de poços rasos pode ser facilmente contaminada, principalmente quando o poço for executado sem os devidos cuidados, **permitindo a infiltração de água superficial poluída ou do próprio lençol freático quando este estiver próximo de fontes de poluição**, como por exemplo, fossas negras. Além disso, este tipo de captação raramente recebe algum tipo de tratamento por se tratar, em geral, de solução individual e tem-se a crença de que a água proveniente de poços não precisa de tratamento, fato que nem sempre corresponde a realidade...”* (os grifos iluminados são meus).

O texto acima transcrito, ao dizer, **mutatis mutandis**, que os poços se dividem em profundos e rasos e que estes não devem permitir a infiltração de lençol freático, tanto que só os poços executados sem os devidos cuidados permitem essa infiltração, não considera o fato de que a maioria das cacimbas deste imenso País capta águas de lençol freático.

2.1.6.2. Item 15.6 – Geração Hidrelétrica

O trabalho em questão tem falar das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs e das centrais hidroelétricas apenas sujeitas a registro.

No rio Apicacás, afluente do rio Teles Pires, da Bacia Hidrográfica do Rio Tapajós, por exemplo, há três PCHs projetadas: Cabeça de Boi, Salto Apicacás e da Fazenda, que deveriam estar citadas...

2.1.6.2.1. Item 15.6.1 - Aspectos Gerais

*“...Este tipo de uso da água, entretanto, não é isento de impactos ambientais que devem ser minimizados, mitigados e/ou compensados. O represamento dos rios para a criação de reservatórios de água que propiciem o funcionamento de usinas hidrelétricas gera passivos ambientais e sociais de diferentes naturezas e intensidades, que devem ser mitigados. **Além disso, esse tipo de demanda deve preservar o uso múltiplo da água, já que pode afetá-lo em termos quantitativos e qualitativos...**”* (a iluminação é minha).

Focando na parte iluminada do texto acima transcrito, aduzo que as hidrelétricas devem preservar o uso múltiplo das águas também para usos não consuntivos que independam da quantidade e da qualidade das águas, como a navegação.

2.1.6.3. Item 15.7 – Navegação

2.1.6.3.1. Outorga de direito de uso de recursos hídricos.

“...A utilização dos corpos d’água para fins de navegação caracteriza-se como um uso não-consuntivo, ou seja, que não implica em redução no volume de água utilizado. Entretanto, por utilizar corpos hídricos como vias de transporte, a navegação gera demandas específicas de água, por necessitar de determinadas condições de navegabilidade, como, por exemplo, uma vazão que propicie níveis de água adequados às dimensões e calado das embarcações, e que dependem da morfologia da calha do rio, da declividade, sinuosidade e raios de curvatura do seu curso. Estas condições, por sua vez, podem restringir a demanda de água para outros usos. Por isso, devido à possibilidade da navegação exigir a alteração do regime e da quantidade das águas de um curso d’água, também se sujeita à outorga pelo Poder Público (ANA, 2007)...”

O texto acima transcrito não condiz com a realidade, pois a navegação independe de vazões, tanto que se navega em mares e em lagos, onde o termo vazão não tem significado. **A navegação necessita é de profundidades.**

Para demonstrar entendimento contrário ao espelhado no texto acima reproduzido, só imaginar um rio totalmente encachoeirado, não navegável, portanto, onde se construam aproveitamentos a fio d’água em cascata otimizada, todos dotados de sistemas de transposição hidroviária de nível (eclusas etc.). Enchidos os reservatórios, ter-se-á uma navegação efetiva, sem que se tenha alterado o regime fluvial, ou seja, a navegação, outrora inexistente, surgiria independentemente da alteração do regime fluvial.

É fato que a navegação se beneficia, em termos, do aumento da disponibilidade hídrica, como ocorreu no rio São Francisco, com a construção da barragem multiuso de Três Marias. Entrementes, também é fato que uma outorga de direito de uso de recursos hídricos nada lhe garantiria, pois mutações morfológicas no álveo poderiam a inviabilizar, para a vazão outorgada.

Por derradeiro, considerando que os remansos dependem tanto da vazão afluente quanto do nível d’água no controle que o define, tomo como exemplo o caso do pedral de Guaíra, no rio Paraná, logo a montante do lago binacional de Itaipu, que só possibilita a navegação para algumas configurações de remanso. Observando-se, no caso, que uma outorga de vazão não seria condição suficiente para se garantir a navegação, pois teria que ser associada a determinados níveis d’água na Barragem de Itaipu, pode-se inferir que não há sentido em se outorgar de direito de uso de recursos hídricos à navegação.

2.1.6.3.2. Rede hidroviária estratégica prioritária.

Qualquer olhar que se lance sobre essa região, por mais superficial que seja, reconhece três grandes hidrovias:

- O rio Amazonas - navegável até Tabatinga por embarcações de grande porte, inclusive navios de cruzeiro turístico;
- O rio Tapajós, hoje navegável francamente até Itaituba, a partir de onde necessita de estruturas de transposição de nível; e
- O rio Madeira, este já operando como hidrovia para escoamento da produção agrícola de Mato Grosso e Rondônia, no trecho de Porto Velho a Itaquatiara, no rio Amazonas.

Muitos outros rios são amplamente navegáveis e deverão ter o transporte aquaviário desenvolvido, mas esses três rios devem constituir a rede de hidrovias estratégicas prioritárias da MDA.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA

11

O texto que figura no quadro acima tem as seguintes impropriedades:

- ◆ Aborda o rio Amazonas, que obviamente não está incluído em sua margem direita;
- ◆ Faz considerações transversais às bacias hidrográficas federais de 2ª ordem da margem direita do rio Amazonas, mostrando que o PRH-MDA quer ir além da Lei n.º 9.433/1997 e ordenar a ocupação territorial;
- ◆ Não considera a navegação a montante de Porto Velho, no rio Madeira e seus afluentes;
- ◆ Não considera a navegação no alto rio Tapajós e seus afluentes;
- ◆ Não considera o acordo de navegação com a República do Peru.

2.1.7. A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA MDA – capítulo 17.

2.1.7.1. Item 17.2.1 - Planos de Recurso Hídricos

“...Basilares para a gestão de recursos hídricos e orientadores do desenvolvimento dos demais instrumentos de gestão, os planos de recursos hídricos começam a ser desenvolvidos da região da MDA. Como é possível observar na Figura 17.1 Mato Grosso já dispõe de seu Plano Estadual de Recursos Hídricos, sendo que o do Acre encontra-se em processo de finalização. Nos demais estados da MDA alguns começaram a negociar, junto ao governo federal e a organismos internacionais, a elaboração de seus planos. No Pará, chama atenção a exigência legal de que o plano estadual deverá basear-se nos planos de bacia...” (a iluminação é minha).

O texto da caixa acima demonstra que a ANA não sabe que os estados não têm competência para legislar sobre águas, enquanto a lei complementar de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB não existir.

Há que se destacar que a competência concorrente prevista no inciso VI do **caput** do artigo 24 da CRFB, para legislar sobre recursos naturais, em nada se coaduna com o espírito da Lei n. 9.433/1997.

Contudo, há que se louvar o entendimento do Estado do Pará, que, como eu dissera na Contribuição Técnica n.º 002/2010, de 11 de outubro de 2010, encaminhada à Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH, os planos estaduais de recursos hídricos devem vir depois dos planos de bacia hidrográfica.

2.1.7.2. Item 17.2.3 – Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos.

A outorga de direito de uso de recursos hídricos tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso a ela. Os grandes rios da MDA são de domínio da União, por isso as outorgas nesses rios são emitidas pela ANA. Entretanto as águas subterrâneas e a imensa maioria dos rios, lagos, ribeirões, córregos e igarapés que recortam a MDA são de domínio dos estados, os quais têm a responsabilidade pelo controle do uso de suas águas.

No quadro acima transcrito, ressurgiu a questão das águas subterrâneas estaduais.

Diz a Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB:

“.....
Art. 20. São bens da União:

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA

12

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III - os lagos, rios e **quaisquer correntes de água** em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;
.....” (os grifos são meus)

Assim define a “*Convention on the Law of the Non-navigational Uses of International Watercourses Adopted by the General Assembly of the United Nations on 21 May 1997*”, que pode ser usada como paradigma, embora não ratificada pelo Brasil:

“(a) “Watercourse” means a system of surface waters and groundwaters constituting by virtue of their physical relationship a unitary whole and normally flowing into a common terminus;”

Isso posto, pode o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, considerando que os escoamentos hídricos subsuperficiais fazem parte das correntes de superfície, com reconhece a Organização das Nações Unidas - ONU;

Considerando que os escoamentos subsuperficiais também são “correntes hídricas”, perfeitamente enquadráveis no conceito de “qualquer corrente” do inciso III do artigo 20 da CRFB;

Considerando que por águas subterrâneas podem ser classificadas os depósitos estáticos ou com escoamentos verticais, reconhecer que os escoamentos subsuperficiais pertencem à corrente de superfície que alimenta ou é por ele alimentada.

2.2. Volume II - Cenários, Diretrizes e Intervenções.

2.2.1. ARRANJO INSTITUCIONAL PROPOSTO PARA O PRH-MDA NOS RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO – capítulo 11

Tendo em conta os diferentes estágios de implementação da gestão de recursos hídricos no país, o Plano Nacional de Recursos Hídricos, quando do detalhamento do Programa II: Desenvolvimento Institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil (Subprogramas II.1 e II.2), propôs uma análise sobre modos de reconhecer legalmente **outras formas de organização da sociedade nas bacias hidrográficas, além dos comitês, e apontou a necessidade de criação e funcionamento de instâncias interestaduais/inter-regionais de articulação, desde que resguardados os princípios da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH, 2008).**

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA

13

Por se tratar de uma área de mais de 2,5 milhões km², abrangendo cinco Estados (Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso e Rondônia), além de inúmeros rios fronteiriços e transfronteiriços, a implantação de um comitê de bacia na MDA não é apenas difícil, é impraticável em horizonte de curto prazo. Faz-se necessária a implementação de um **arranjo institucional capaz de fazer frente à complexidade de se gerenciar essas bacias, observados o conjunto que a MDA representa e as possibilidades abertas pela consideração integrada das mesmas, mas sem perder de vista o domínio dos corpos hídricos, permitindo a evolução para a gestão descentralizada e participativa**, nos moldes preconizados pela Lei nº 9.433/97.

11.1. O Colegiado Gestor do PRH-MDA

No PRH-MDA propõe-se um arranjo institucional que tem como referência o implantado no Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia. Nesta região, assim como na MDA, a dificuldade de implantar, num curto prazo, o comitê da bacia dos rios Araguaia e Tocantins, em razão de suas dimensões e complexidades, entre outras, levou a proposição de criação de **um Colegiado Gestor de Recursos Hídricos, com a responsabilidade de dar início à implementação do Plano, promover a gradual criação de comitês de bacias afluentes e, finalmente, de um Comitê de Integração**, proposição esta, acolhida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos quando da aprovação do referido Plano, pela Resolução nº 101, de 14 de abril de 2009.

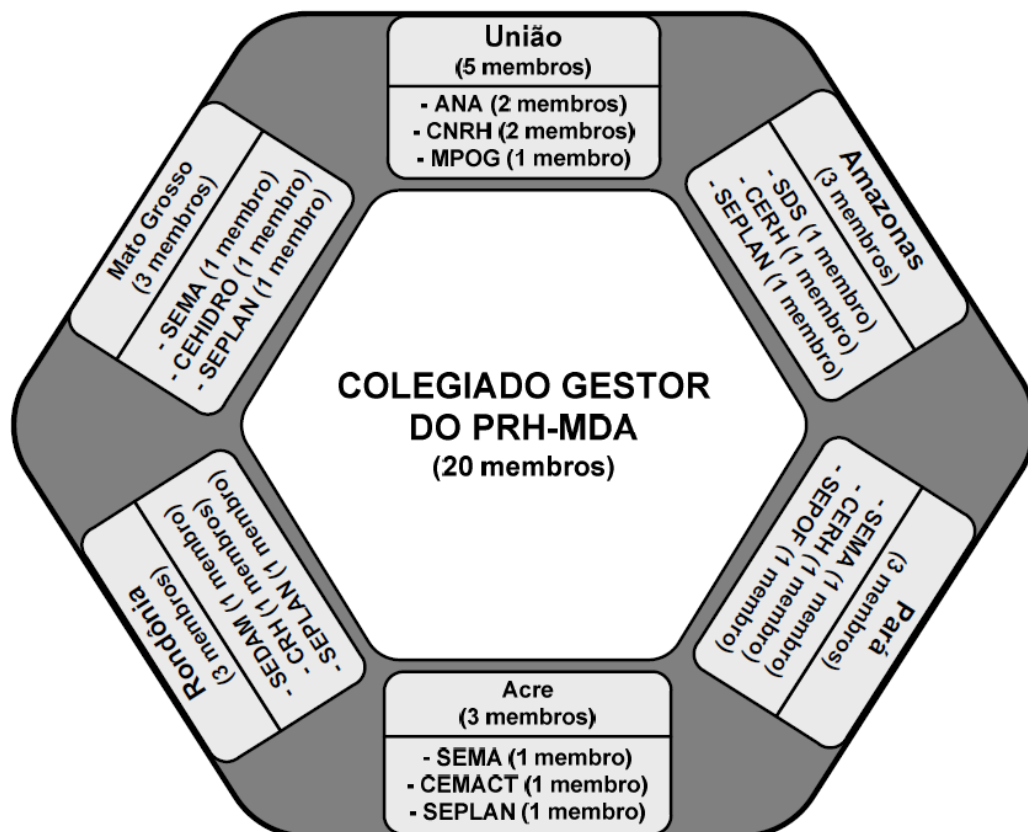


FIGURA 11.1. Representação esquemática da composição do Colegiado Gestor do PRH-MDA

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA

Nos textos transcritos nos quadros acima apresentados vê-se uma nítida intenção de se subverter os princípios da Lei n.º 9.433/1997, pois o colegiado gestor imaginado nela não encontra respaldo.

Se as UPHs não correspondem a bacias hidrográficas, dizer que tal colegiado gestor terá caráter provisório, porque gradualmente ele criará comitês de bacia hidrográfica, é um tanto quanto forçoso.

Ademais, o plano em perscrutação se propõe a se um plano de recursos hídricos, um plano de bacia hidrográfica, de sorte que não há sentido o colegiado gestor em tela reportar-se a rios de domínio da União e não à bacia de que cuida.

2.2.2. RECOMENDAÇÕES PARA OS SETORES USUÁRIOS – capítulo 15

2.2.2.1. Transporte Hidroviário

No caso da MDA, esse Plano de Recursos Hídricos apoia como prioridades:

- **implantação das Hidrovias do Tapajós-Teles Pires, tirando partido da construção das usinas hidrelétricas a serem construídas ou já existentes;¹**
- **melhoramentos na Hidrovia do Madeira².**

Essas prioridades, desde logo, estabelecem a necessidade de uma intensa articulação dos setores elétrico e de navegação com a mediação da ANA³ e a interveniência da ANEEL.

O texto acima transcrito deixa transparecer que somente duas hidrovias existirão no território objeto do estudo a que pertence, parte da margem direita do rio Amazonas. Entrementes, o Setor Navegação estará presente em todo rio navegável, nas prerrogativas que lhe dão o Código de Águas, a Lei n.º 9.433/1997 e a Lei n.º 5.917, de 10 de setembro de 1973, esta na parte que foi recepcionada pela CRFB, ou seja, nos princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação.

Ademais, os estados também têm competências hidroviárias...

Propondo-se a ser um plano de recursos hídricos, o ensaio ora em análise deveria se restringir a traçar prioridades para outorga de direito de uso de recursos hídricos, seguindo a orientação do inciso VIII do artigo 7º da Lei n.º 9.433/1997. E navegação não é objeto de outorgas...

3. Conclusões.

Esclarecendo que não tive tempo de ler todo o trabalho acima comentado, seja por sua disponibilização recente (setembro de 2010), seja por sua extensão, **aduzo que ele não pode ser aprovado como plano de bacia**, pelas razões expostas, e que muitos ajustes devem ser nele processados, para lhe dar a qualidade requerida aos anexos do PNRH.

Atenciosamente,

Fred Crawford Prado

Representante do Ministério dos Transportes na CTPNRH